



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

82
10

CAX

Ação Direta de Inconstitucionalidade.
Não são inconstitucionais artigos da Lei Orgânica que limitaram-se a copiar preceitos contidos na Constituição Estadual, sendo que esta última, por sinal, adotara dispositivos iguais ou semelhantes da Constituição Federal.

Ação julgada procedente em parte para a decretação de inconstitucionalidade de disposições da LOM de Novo Hamburgo. Quanto ao artigo 72, são inconstitucionais as expressões "...com o mercado de trabalho", restando intocado o restante do artigo. No que tange ao artigo 86 julgaram inconstitucionais as expressões "...e sua aprovação ou alteração depende de 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara Municipal," com votos vencidos, em parte. No que diz com o artigo 90 julgaram-no totalmente inconstitucional.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Nº 592105548

EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL DE

NOVO HAMBURGO,

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DE NOVO HAMBURGO,

EXMO. SR. DR. PROCURADOR-GERAL DO ESTADO,

TRIBUNAL PLENO

PORTO ALEGRE

PROponente

REQUERIDA;

INTERESSADO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acordam os integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, à unanimidade, rejeitadas as preliminares, julgar procedente, em parte, a ação direta e, declarar a inconstitucionalidade das expressões: 1) "...com o mercado de trabalho..." constante do artigo 72; 2) das expressões "...e sua aprovação ou alteração depende de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal" constante do artigo 86, vencidos, em parte, os Desembargadores Nelson Oscar, Daiello Moreira e Barcellos e, 3) do artigo 90, todos da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo, de conformidade com as inclusas notas taquigráficas que integram o presente acórdão.

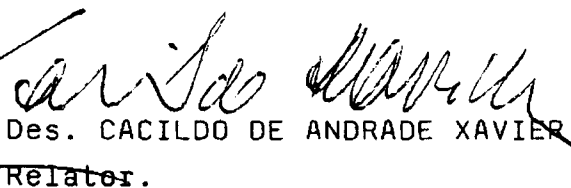
Custas na forma da lei.



2.

Participaram do julgamento, além do signatário os Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Barison - Presidente, Milton dos Santos Martins, Gervásio Barcellos, Cristovam Daiello Moreira, Nelson Oscar de Souza, Elias Elmyr Manssour, Adroaldo Furtado Fabrício, José Vellinho de Lacerda, Luiz Melício U. Machado, Ruy Rosado de Aguiar Júnior, Sérgio Pilla da Silva, Egon Wilde, Décio Antônio Erpen, João Aymoré Barros Costa, Alfredo Guilherme Englert, Tupinambá M. C. do Nascimento, Guilherme O. de Souza Castro, Celeste Vicente Rovani, Clarindo Favretto, Waldemar L. de Freitas Filho e Eliseu Gomes Torres.

Porto Alegre, 27 de dezembro de 1994.


Des. CACILDO DE ANDRADE XAVIER,
Relator.



3.

RELATÓRIO

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - O Prefeito Municipal de Novo Hamburgo propôs a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade pretendendo seja declarada a inconstitucionalidade dos artigos 71 a 91 da Lei Orgânica do Município.

Diz, de saída, que dentre as matérias de iniciativa privativa do Prefeito estão aquelas que dispõem acerca de criação de cargos ou funções públicas na administração, ou aumento de sua remuneração, que dispõem sobre organização da administração e que dispõem quanto aos servidores públicos municipais, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, conforme artigo 61 da CF e artigo 8º da C. Estadual. Diz que tal princípio é igualmente aplicável quando se trata de Lei Orgânica do Município, já que a regra constitucional não faz distinção, daí que não é a natureza da lei que estabelece a competência privativa, mas sim a matéria sobre a qual dispuser a lei.

A seguir transcreve na íntegra todos os artigos impugnados.

No item 4 prossegue: "Uma vez que as disposições acima dispõem acerca de matéria cuja respectiva iniciativa legislativa é da exclusiva competência do Prefeito, evidente a correspondente inconstitucionalidade, pois que originadas da própria Câmara de Vereadores." Invoca, portanto, o vício de origem.

Depois de tecer comentários específicos sobre os artigos 71, 72, 73, 76, 78 e 79, diz que os demais artigos referidos no início também são inconstitucionais.

No nº 6 diz que tais artigos além de ferirem normas constitucionais também conflitam com o art. 96 da própria Lei Orgânica, que não só limita as despesas com pessoal ao estipulado na Constituição, como exige prévia dotação orçamentária e previsão na lei de diretrizes orçamentárias. Frisa que os dispositivos impugnados ferem também o art. 59, III e VI, da Lei Orgânica, que atribui competência privativa ao Prefeito para iniciativa legislativa nos casos previstos em lei.



4.

No nº 8 frisou que alguns servidores do Município estão a invocar dispositivos dentre os ora impugnados, para obtenção de direitos ou vantagens não reconhecidos pela legislação ordinária, impõe-se a concessão de liminar.

Pela decisão de fl. 40 e verso, concedi a liminar e suspendi a eficácia dos artigos 71 a 91, inclusive, da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo.

O Dr. Procurador-Geral do Estado apresentou a defesa de fls. 48/55.

De saída, suscita três preliminares a saber: a) a Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pretensão autônoma e declaratória, não tutela casos de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal; b) o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, quando em tese, é concentrado, elegendo o Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição; c) as normas com força de princípios, acolhidas imperativamente pelas constituições estaduais e pelas leis orgânicas, não se desprendem do seu radical constitucional federal. Pede, na síntese final, que não seja conhecida a ação, além dos motivos já referidos porque é inconstitucional o art. 95, XII, "d" da Constituição Estadual e que, no caso de não atendimento das preliminares anteriores, que seja suspenso o andamento do feito até o julgamento pelo egrégio Supremo Tribunal Federal da ADIN nº 409-3.

No mérito, depois de longo arrazoado, pede a improcedência total da ação.

A Câmara Municipal de Novo Hamburgo apresentou as informações de fls. 58/64.

De saída, à guisa de preliminar diz que há "impossibilidade jurídica do pedido por incompetência desse Tribunal para conhecer e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal em face da Constituição Federal..."

Afirma na fundamentação da preliminar, acima sintetizada, que a "CF só previu a possibilidade de ação direta de declaração de inconstitucionalidade quanto às leis e atos normativos federais e estaduais."

Frisa, depois, que a ampliação preten-



5.

dida pelo art. 95, XII, d, da Constituição Estadual, que prevê competência para apreciação de inconstitucionalidade frente à CF não prospera, face aos termos da liminar concedida pelo egrégio STF, em 06.12.90, na ADIN nº 409-3, suspendendo a eficácia das expressões "e a Constituição Federal."

Aduz que a Constituição Federal no art. 102, I, "a", determina que compete ao STF "processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual."

Adiante prossegue: "Com efeito, não há na ordem jurídica constitucional brasileira, ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal." Pretende que tal já foi afirmado pelo STF quando do julgamento dos RE 93.088-94.039 e 97.911-5.

Linhas depois acrescenta: "Ainda, no mesmo diapasão, se nem o Supremo pode julgar a constitucionalidade em tese, da lei ou ato normativo municipal diante da Constituição Federal, como admitir que as constituições estaduais, sob pretexto de omissão dêem esse poder, de natureza eminentemente política, aos Tribunais de Justiça locais, e ao próprio Supremo, por via indireta, em grau de recurso extraordinário (RDA 172/67)."

Pretende seja o autor julgado carecedor da ação.

Sobre o mérito, diz, inicialmente, que nada impede que a Lei Orgânica reproduza normas contidas na Constituição Federal. Pode-se dizer que não haveria necessidade de tal reprodução mas "é uma demasia sustentar pura e simplesmente a inconstitucionalidade."

Diz, adiante, que o art. 71 não pode ser considerado inconstitucional, "porquanto a afirmação de que todo Servidor Público é o concursado comporta várias exceções autorizadas pela própria Constituição Federal, posto que o art. 37, IX, desta, possibilita a contratação por tempo determinado e para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, portanto, sem concurso, e não deixam de serem servidores, expressão gênero da qual a espécie são os funcionários públicos. Além do que muitos se tornaram estáveis



6.
pela própria Constituição Federal." Afirma que o enunciado em tela trouxe um conceito de Servidor Público que toda a doutrina aceita. Diz que, ademais, o art. 71 não é norma auto-executável, pois depende de lei posterior de iniciativa do Executivo. Assim, não regulamentada por lei ordinária, não gera direitos.

O art. 72 recepciona o art. 39 caput da CF. A expressão "carreira" abrange oportunidade de progresso funcional e acesso a cargos de escalão superior. Diz que a remuneração compatível com o mercado de trabalho, deve ser entendida como dentro das possibilidades do erário.

Afirma que o art. 73 é moralizador e contém, na verdade, uma vedação, qual seja a de que se permita ao servidor freqüentar cursos "outros" que não guardem correlação com seu cargo ou função. Cita o princípio da moralidade (art. 37 da CF).

Pretende que o art. 74 é transposição do art. 37, VIII, da CF, pelo que não é inconstitucional.

O art. 75 é uma adaptação do art. 37, X, CF.

O art. 76, menciona "na forma da Lei", daí não haver razão para ser expurgado posto que não é auto-aplicável, estando condicionado à lei ordinária de iniciativa do Executivo.

Adiante prossegue: "No artigo 78 parece que o Poder Legislativo Municipal dispôs além do que a CF contempla no seu art. 40, § 3º. No entanto, tal excesso seria uma inconstitucionalidade parcial na parte que exceder a CF."

Continua: "O artigo 79 assegura o direito à assistência médica, a distinção para a prestação de tais serviços aos servidores celetistas e estatutários é que será conforme dispuser a lei ordinária de iniciativa do executivo, porquanto está expressado no texto 'na forma da lei'."

"O art. 80 'caput', não é auto-executável e depende de lei ordinária posterior de iniciativa do Executivo.

"O art. 82 é transposição do art. 40 da CF. Apenas há um erro de técnica legislativa, onde não precisaria constar na lei orgânica a expressão 'lei complementar'



7.

tal expressão consta por ter sido literalmente copiada da CF."

"O artigo 84 é transposição do art. 7º, XXV da CF e consta expresso 'na forma da lei' podendo aproveitar-se os argumentos retro-elencados.

"O artigo 85 é norma que apesar da natureza estatutária, é altamente moralizadora, e baliza o Legislativo em busca desta finalidade, também depende de lei ordinária.

"O artigo 86 está amparado pelo art. 39 da CF, de forma que, a inovação é a aprovação de 2/3 pela Câmara, quorum que a Lei Orgânica pode estabelecer devido à sua autonomia para elaborar seu Regimento Interno.

"O art. 87 é transposição do art. 37, § 6º, da CF., sendo matéria consagrada na doutrina e na jurisprudência nacional."

"O artigo 89 está amparado no art. 8º da CF que permite o direito à livre associação sindical.

"O artigo 91 menciona 'conforme-dispuser a lei', portanto de iniciativa do Executivo. Os efeitos concretos dependerão de regulamentação por lei ordinária, logo não há também porque expurgá-lo."

Pede seja reexaminada a liminar, dizendo que a mesma pode ser revogada se constatada a inexistência do "fumus boni iuris" e do "periculum in mora". Antes havia alegado que não devidamente cientificada, posto que a decisão foi publicada no Diário Oficial isto quando a Câmara ainda não fazia parte da relação processual. Em face de tal publicação no Diário da Justiça foi certificada a não interposição de agravo regimental.

O Dr. Procurador-Geral de Justiça lançou o parecer de fls. 67/70.

De saída, repele as preliminares suscitadas pelo Dr. Procurador-Geral do Estado.

Diz que o art. 71 da L.O.M. dá apenas um conceito de servidor municipal, não invadindo atribuições do Chefe do Executivo.

Diz, adiante, que a redação do art. 72 daria, em princípio, a idéia de uma norma programática. E aduz,



8.
a seguir: "Ocorre, entretanto, que a citada norma, ao determi-
nar: "remuneração compatível com o mercado de trabalho" (grifei), impõe ao Chefe do Poder Executivo Municipal um parâmetro a ser observado quando da fixação da remuneração dos servidores Municipais. Assim, contendo a norma impugnada essa exigência, se pode constatar vício de iniciativa, porquanto invade matéria de competência exclusiva do Prefeito Municipal, pelo que deve ser declarada inconstitucional a expressão "com o mercado de trabalho".

Afirma que os demais dispositivos impugnados na inicial nada mais são do que mera reprodução dos dispositivos da CE que tratam dos servidores públicos. Assim, em relação a tais artigos não há inconstitucionalidade.

Opina no sentido de que seja julgada procedente somente em parte a ação, para que seja extraída do art. 72 a expressão "com o mercado de trabalho".

É o relatório.

V O T O

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Senhor Presidente.

De saída, rejeito as preliminares suscitadas pelo eminente Dr. Procurador-Geral do Estado e o faço com apoio em incontáveis precedentes deste Órgão Especial.

Não é exata a afirmação de que a ação direta de inconstitucionalidade não é contemplada no texto constitucional.

O fato de ter o STF suspenso a vigência de parte da letra d do inciso XII do art. 95 da Constituição Estadual, ou seja das expressões "...e a Constituição Federal", por certo não afasta a competência deste Tribunal para julgar as ações diretas de inconstitucionalidade de leis municipais frente à Constituição Estadual.

Não é caso de suspender-se o andamento do feito, posto que o julgamento final da ADIN 409-3 pelo STF em nada afetará o resultado deste julgamento.

Examino artigo por artigo.



9.

Quanto ao artigo 71. A sua redação está assim posta: "São servidores do Município todos quantos percebam remuneração pelos cofres municipais."

No parecer do eminente Dr. Procurador-Geral de Justiça diz que o aludido artigo dá apenas um conceito de servidor municipal, não invadindo atribuições do Chefe do Executivo.

Este Órgão Especial já teve oportunidade de de enfrentar ação direta de inconstitucionalidade referente ao art. 60 da LOM de Arroio Grande, assim redigido: "São servidores do Município todos quantos percebem remuneração pelos cofres públicos municipais." Tal julgamento refere-se à ADIN Nº 590045456, em 18 de fevereiro de 1981. Foi Relator o eminente Des. MANSSOUR. Por maioria de votos foi rejeitado tal pedido de inconstitucionalidade, na linha de que "conceito de servidor municipal contido na L.O.M. que não contém mácula de inconstitucionalidade". Tal trecho se extrai do Boletim de Jurisprudência, março/92, pág. 108, nº 306.

No parecer do Dr. Procurador-Geral de Justiça, lançado na ADIN 590045456, foi dito que tal matéria conceituadora de servidor público municipal não configuraria inconstitucionalidade, mas sim tema de hermenêutica. Friso, ainda: "De outra banda, certamente não seria em razão de equívoca expressão utilizada pela Lei Orgânica Municipal que se modificariam conceitos de Direito Administrativo."

Muito embora tenha votado de forma diferente na tal ADIN 590045456, agora convenci-me que a razão estava com os que votaram pela improcedência da ação quanto ao ponto.

Julgo improcedente a ação quanto ao artigo 71.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME U. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY



10.

ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Pela improcedência.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 72 que fala em remuneração compatível com o mercado de trabalho.

No parecer, como resumido no relatório, o Ministério Público opinou pela procedência apenas em parte, para que seja proclamada a inconstitucionalidade da expressão "...com o mercado de trabalho."

Entendo que tem inteira razão o Ministério Público. As expressões acima mencionadas, efetivamente importam em uma imposição indevida ao Chefe do Executivo Municipal. Aqui configura-se a inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

Acolho, portanto somente em parte a ação quanto ao art. 72, para julgar inconstitucionais as expressões "...com o mercado de trabalho".

DES. NELSON OSCAR DE SOUZA - O Colega permite? Se permanecer o "compatível" não fica, mas tem que ficar o "compatível". Se tirar só "com o mercado de trabalho", fica regulada a vedação.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, GLAIRINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) e MÍLTON DOS SANTOS MARTINS - De acordo com o eminente Relator.

DES. GERVÁSIO BARCELLOS - Eu, "data venia", entenderia que a expressão ficaria melhor mesmo retirando, extraíndo "compatível com o mercado de trabalho", porque ficaria "de forma a assegurar a remuneração para a função respectiva". De acordo.

DES. CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Procedente em parte, com exclusão das expressões "com o mercado de trabalho".

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 73.



672
VJ

11.

Não vislumbro inconstitucionalidade no art. 73, posto que o mesmo mais não fez do que dar guarida, de forma bem expressa, ao princípio da moralidade administrativa. Aliás, o dispositivo longe de afrontar a Constituição Estadual a copia, posto que a regra nele contida é repetição da que consta no art. 34 da Carta Estadual.

Desprocede, portanto, a ação quanto ao artigo em tela.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Julgaram improcedente.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 74.

Reza o artigo em epígrafe: "A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

O dispositivo não fere a Constituição Estadual. Na realidade, trata-se de cópia do inciso V do art. 19 da Constituição Estadual. É cópia fiel do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal. De tal modo, o artigo em tela, mais não fez do que copiar a Constituição Estadual que, por sua vez, copiara a Constituição Federal.

Destaco que o artigo em tela não fixou percentual. O caso, portanto, é diferente do enfrentado na ADIN 590045456, sendo Relator o eminente Des. MANSSOUR. No caso da Lei Orgânica do Município de Arroio Grande fora fixado o percentual de 5%. Então foi julgado inconstitucional fixar a LOM um percentual.

É claro que a lei ordinária que assegurará um determinado percentual de cargos e empregos públicos municipais para os deficientes, terá que ser de iniciativa do Sr.



12.

Prefeito Municipal. Caso surja uma lei ordinária de iniciativa de um Vereador a tal respeito, aí sim haverá inconstitucionalidade por vício de iniciativa. No caso concreto, como frisou a Câmara, o dispositivo impugnado mais não fez do que copiar o art. 37, VIII, da Constituição Federal.

Julgo improcedente a ação quanto ao artigo 74.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Julgaram improcedente.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 75.

Entendo que o caput do artigo, que estabelece que "A revisão geral da remuneração dos servidores municipais ativos e inativos e dos pensionistas far-se-á sempre na mesma data e nos mesmos índices", não é inconstitucional. Acontece que tal dispositivo guarda perfeita simetria com o parágrafo 1º, do artigo 33, da Constituição Estadual que reza: "A revisão geral da remuneração dos servidores públicos, civis e militares, ativos, inativos e dos pensionistas far-se-á sempre na mesma data e nos mesmos índices."

O parágrafo único do art. 75 é cópia fiel do parágrafo 2º do art. 33 da Constituição Estadual. De tal modo, guardando simetria com a Constituição Estadual não pode ser acoimado de inconstitucional. Não há aumento de despesas.

Julgo improcedente a ação quanto ao artigo 75.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TOR-



674
ND

13.

RES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Julgaram improcedente a ação. Unânime.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 76.

O artigo é transposição do parágrafo 3º, do artigo 33 da Constituição Estadual.

Ademais, a exemplo do que diz a Constituição Estadual, também termina com a expressão "na forma da lei".

De tal modo, terá que haver lei ordinária de iniciativa do Prefeito Municipal, ficando este submetido aos critérios uniformes, mas estes também estão na Constituição Estadual.

Julgo, pois, improcedente a ação quanto ao artigo 76.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Julgaram improcedente a ação. Unânime.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 77.

O artigo 77 não foi mencionado nas informações da Câmara Municipal.

Reza ele: "É vedada a participação de servidores públicos no produto de arrecadação de multas, in-



clusive da dívida ativa."

O aludido artigo é cópia fiel do parágrafo 6º, do artigo 33 da Constituição Estadual. De tal modo, guarda simetria com a Constituição Estadual e não é inconstitucional.

Julgo improcedente a ação quanto ao mencionado artigo.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Apenas uma observação a Constituição Estadual é menos rigorosa. A Constituição Estadual apenas impede a participação na multa. Esse dispositivo é mais abrangente.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRICIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Julgaram improcedente. Unânime.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 78.

O aludido artigo é cópia fiel do artigo 37 da Constituição Estadual. Em face da simetria existente, entendo que tal artigo não fere a Constituição Estadual.

A Câmara de Vereadores, como destacou-se no relatório, frisou que o artigo em questão "dispõe além do que a CF contempla no seu art. 40, § 3º. No entanto, tal excesso seria uma inconstitucionalidade parcial na parte que exceder a CF" (*sic*). Efetivamente, o dispositivo impugnado foi mais longe que o dispositivo da Const. Federal, posto que nesta não há referência à contagem do tempo de serviço para fins de gratificações e adicionais por tempo de serviço.

Contudo, descabe examinar-se o dispositivo impugnado à luz da Constituição Federal, posto que suspenza a eficácia das expressões "e a Constituição Federal",



15.

contidas no art. 95, XII, d, da Constituição Estadual face à liminar concedida pelo STF na conhecidíssima ADIN 409-3.

Julgo improcedente a ação quanto ao ponto.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRICIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Julgaram improcedente. Unânime.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 79.

Reza o dispositivo: "O Município assegurará a seus servidores, dependentes, aposentados e pensionistas, na forma da Lei Municipal, serviço de atendimento médico, odontológico, hospitalar, laboratorial e de assistência social."

Ao que parece o legislador municipal quis assegurar aos servidores municipais o que a Constituição Estadual assegura aos servidores estaduais no seu art. 41. Claro que o art. 41 da Constituição Estadual fala em "órgão ou entidade de previdência" e o artigo da LOM não diz que o Município terá "órgão ou entidade de previdência". De outra parte o art. 41 da C. Estadual usa as expressões "mediante contribuições", ao passo que o art. 79 da LOM não fala em contribuições. Contudo, é certo que o dispositivo impugnado fala em "na forma da Lei Municipal", deixando claro que terá que haver lei de iniciativa do Sr. Prefeito Municipal que poderá prever o pagamento ou desconto de uma contribuição para que os servidores possam gozar de tais benefícios.

Trata-se, portanto, de princípio de eficácia contida e não de dispositivo auto-aplicável.

Não vislumbro inconstitucionalidade e



julgo improcedente a ação quanto ao art. 79.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS - De acordo com o eminente Relator.

DES. GERVÁSIO BARCELLOS - Eu tenho certa dúvida, eminente Presidente, a inconstitucionalidade por mandado de injunção.

Julgo procedente.

DES. CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA - De acordo com o eminente Relator.

DES. NELSON OSCAR DE SOUZA - Acompanho o voto do Des. Barcellos.

DES. ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VEL LINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Por maioria, improcedente, vencidos os Des. Barcellos e Nelson Oscar.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 80.

Trata de pensão por morte de servidor.

O caput do art. 80 é cópia fiel do parágrafo 3º do art. 41 da Constituição Estadual; e seu parágrafo 1º é cópia fiel do parágrafo 4º do já mencionado artigo da CE, e o seu parágrafo 2º é cópia do parágrafo 6º do mencionado artigo da CE, só que nele é substituída a palavra "Estado" pela palavra "Município".

Veja-se que no caput e no parágrafo 1º do art. 80, foi utilizada a expressão "na forma da lei".

Em relação ao caput e ao parágrafo 1º, digo que não há inconstitucionalidade, pois há a perfeita simetria com o texto da Constituição Estadual e foi copiada também a condicionante "na forma da lei", com o que ficou resguardada a iniciativa do Sr. Prefeito para a proposição de projeto de lei ordinária.

O caso é diferente daquele enfrentado na já tantas vezes citada ADIN 590045456, Relator o Desembar-



498
ND

17.

gador MANSSOUR, posto que naquele caso, relativo à LOM de Arroio Grande, não foram usadas as expressões "na forma da lei", daí que se não fosse julgado inconstitucional aquele dispositivo, estaria violado o princípio da iniciativa do Chefe do Executivo Municipal.

Rememoro trecho da ementa do acórdão relativo à ADIN nº 590045456, para maior clareza da diferença entre aquele caso e o ora **sub judice**: ...SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - PENSÃO À VIÚVA - INTEGRAL - "Pensão à viúva de servidor no valor equivalente a 100% dos vencimentos do extinto que se afasta da Carta Federal (§ 5º, do art. 40) e da Constituição Estadual (§ 3º do art. 40), pois o limite não ficou condicionado à Lei de iniciativa do Prefeito. Recepção à pretensão formulada na inicial." Tal ementa, que contém apenas um erro datilográfico, posto que o art. da Constituição Estadual a que se refere é o 41 e não o 40, está publicada no "BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA" deste Tribunal, volume de MARÇO 1992, página 126, nº 357.

No caso ora **sub judice**, o artigo 80 não produzirá aumento de despesas, por si só; há necessidade de uma lei ordinária da iniciativa do Sr. Prefeito.

Quanto ao parágrafo 2º, do art. 80. Já destaquei que ele é cópia do parágrafo 6º do art. 41 da CE.

Não é inconstitucional o artigo em tela.

Julgo improcedente a ação quanto a ele.
DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Improcedente a ação. Unânime.



18.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 81.

Reza o dispositivo: "Ao servidor público, quando adotante, ficam estendidos os direitos que assistem ao pai e à mãe naturais, na forma a ser regulada por lei."

As informações da Câmara não se referem ao artigo em tela.

O artigo sob exame e cópia textual do art. 42 da C. Estadual.

Presente, pois, a simetria. Ademais, no artigo em tela, como na C. Estadual foi posta a condicionante "na forma a ser regulada por lei". De tal modo, a implantação de tais direitos dependerão de lei ordinária de iniciativa do Sr. Prefeito.

Julgo improcedente a ação quanto ao artigo 81.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação improcedente. Unânime.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 82.

Tal dispositivo, tanto no seu "caput" quanto nos seus parágrafos limitou-se a copiar o art. 38 da Constituição Estadual, o qual mais não fez do que adotar os princípios previstos no art. 40 da Constituição Federal.

Não fere, pois, a Constituição Estadual.

Julgo improcedente a ação quanto ao mencionado artigo 82.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARIN-



19.

DO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação improcedente. Unânime.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 83.

Dito artigo é cópia do artigo 40 da Constituição Estadual. Nada foi dito sobre ele nas informações da Câmara de Vereadores.

Tenho que o artigo em tela não fere a Constituição Estadual. Aqui não foi violada a competência privativa do Sr. Prefeito Municipal.

Quando do julgamento da ADIN nº 590045456, já referida, ficou estipulado por unanimidade: "SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - APOSENTADORIA - LICENÇA APÓS REQUERIMENTO. O dispositivo atacado concede licença especial ao servidor a partir de trinta dias da data do protocolo do pedido de aposentadoria. Repete o dispositivo no art. 40, parágrafo único da Constituição Estadual. Rejeitaram a inconstitucionalidade." Tal ementa está publicada no BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA, MARÇO/92, pág. 100, nº 285.

Julgo, pois, improcedente a ação quanto ao artigo 83.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTONIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.



20.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação improcedente. Unâni
me.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 84.

Reza o artigo: "É assegurado aos servi
dores municipais o atendimento de seus filhos e dependentes de
0 (zero) a 6 (seis) anos em creches e pré-escolas, na forma
da lei."

Tal artigo não é inconstitucional, pos
to que adota o que consta no artigo 43 da Constituição Esta
dual, copiando, inclusive, a parte final: "na forma da lei."

Mais uma vez observa-se a simetria en
tre artigo da LOM e artigo da Constituição Estadual.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO,
GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARIN-
DO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TOR-
RES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MAR
TINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON
OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÉ-
CIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY
ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE,
DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com
o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação improcedente. Unâni
me.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 85.

Reza o mesmo: "Nenhum servidor poderá
ser diretor ou integrar conselho de empresas fornecedoras ou
prestadoras de serviços e que realizem qualquer modalidade de
contrato com o Município, sob pena de demissão do serviço pú-
blico."

Tal artigo é cópia do art. 44 da Cons-
tituição Estadual e, assim, não fere a nossa Carta Constitucio
nal.

Julgo improcedente a ação quanto ao pon
to.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO,
GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARIN-
DO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TOR-



21.

RES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação improcedente. Unânime.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 86.

Parece-me que todo o artigo é inconstitucional, por tratar do regime jurídico de servidores públicos municipais, invadindo, assim, a competência privativa do Sr. Prefeito Municipal. Em princípio acolheria a inconstitucionalidade total do artigo.

Julgo procedente a ação quanto ao art.

86.

DES. TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO - Sr. Presidente, eu julgaria somente procedente em parte, riscando "...e sua aprovação (ATÉ) "...Câmara Municipal", porque quanto a regime jurídico está na Constituição.

DES. CELESTE VICENTE ROVANI - Acompanho o Des. Tupinambá.

DES. SERGIO PILLA DA SILVA - Também acompanho o Des. Tupinambá.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Sr. Presidente, eu reconsidero essa parte, já me convenci com o Des. Tupinambá; cortando só essas expressões finais, ficaria correto.

DES. NELSON OSCAR DE SOUZA - Julgo totalmente improcedente. Acho que é constitucional.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Eu corto "...e sua aprovação ou alteração depende de dois terços dos membros da Câmara".

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) e MÍLTON DOS SANTOS MARTINS - De acordo com o eminente Relator.

DES. GERVÁSIO BARCELLOS - Julgo improcedente quanto ao artigo 86.



22.

DES. CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA - Julgo improcedente quanto ao artigo 86.

DES. ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FUTADO FABRÍCIO, JOSÉ VEL LINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ER-PEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Julgaram procedente em parte referentemente às expressões "... e sua aprovação ..." (ATÉ FINAL DO DISPOSITIVO), vencidos em parte os Des. Nelson Oscar, Daiello e Barcellos.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 87.

Tal artigo é de redação igual a do art. 73 da LOM do município de Arroio Grande, que foi examinado na ADIN 590 045 456, sendo dado como constitucional. (BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA citado, pág. 92, nº 259).

Vê-se que o art., corretamente, não li mitou a culpa. Somente seria inconstitucional o dispositivo se ele tivesse exigido culpa grave (como decidido na ADIN 591029889, Relator Des. DÉCIO ANTÔNIO, BOLETIM, pág. 92, nº 258).

Julgo improcedente a ação quanto ao ar tigo ora examinado.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT - Sr. Presidente. Teria algu ma dúvida porque obrigar o Município a propor uma ação regres siva em que ele teria provável sucesso, mas contra pessoa que não tem patrimônio, é contraditório, pois a despesa será maior. Fiquei um pouco preocupado com o aspecto da obrigatoriedade. Não sei se na ADIN de Rio Grande foi destacado isso.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Não. No caso da ADIN de Rio Grande a peculiariedade que tinha era aquela que se fa lava em culpa grave. Eu não desenvolvi mais porque eram mui- tos artigos aqui, mas respondo à objeção do eminente Des. En- glert, digo que este princípio está dentro daquele da morali- dade administrativa, visando evitar que o prefeito não acione -porque se for motorista dele, por exemplo, não sendo obrigado a mover, pode o motorista ter uma ótima casa, pode ser um da- queles motoristas que ganham mais que piloto da FAB, como ga- nham os motoristas do Congresso, - aí o prefeito diz: contra



23.

o meu motorista não vou mover ação de regresso e fica por isso.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação improcedente. Unânime.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 88.

Reza o dispositivo: "É vedada a quantos prestem serviços ao Município atividade político-partidária na hora e locais de trabalho."

Não é inconstitucional o dispositivo.

Evidente que se trata de norma de ordem pragmática que visa a moralidade administrativa. Não é possível mesmo admitir-se atividade político-partidária nos locais de trabalho, em horas de trabalho, pois tal prática política perturbaria o serviço público. Veja-se que o dispositivo só proíbe a prática política em hora e locais de trabalho e não fora deles.

Julgo improcedente a ação quanto ao ponto.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação improcedente. Unânime.



24.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 89.

É improcedente a ação quanto ao ponto.

Reza o dispositivo: "É garantido ao ser vidor público municipal o direito à livre associação sindical."

Não vislumbro nenhuma inconstitucionalidade do artigo frente à Constituição Estadual. Aliás, tal dispositivo simplesmente repetiu princípio estabelecido no artigo 8º da Constituição Federal. É um dispositivo que nem precisava constar de LOM, posto que já assegurado na CF.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO, FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação improcedente. Unânime.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 90.

Está assim redigido o artigo: "Os Servidores Municipais submetidos ao regime estatutário da Lei Municipal nº 28/53, de 04.04.1953, terão assegurados todos os direitos e vantagens conferidos por aquela legislação, sem prejuízo daqueles direitos e vantagens assegurados pela Constituição Federal aos servidores públicos.

Tal artigo não foi alvo de comentários nas informações da Câmara de Vereadores.

Em princípio, voto no sentido de julgar improcedente a ação. O artigo visou tão-somente resguardar direitos adquiridos. Não fere iniciativa do Sr. Prefeito.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Sim, mas ele, "data venia", transforma o celetista em estatutário, porque garante a percepção de todos os direitos a estes conferidos. O quadro funcional do celetista é diverso, ele não muda de "status".

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Mas aqui está-se



25.

referindo aos estatutários, por aquela legislação sem prejuízo daqueles direitos e vantagens assegurados pela Constituição Federal, servidores públicos.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Mas ele não se refere ao celestista. Senão não precisaria estabelecer identidade, se ele já era estatutário.

DES. LUIZ MELÍBIO U. MACHADO - O Colega me permite? É que esse dispositivo, parece-me, tem uma intenção que percebemos junto com o art. 86: "O regime jurídico dos servidores públicos municipais será único, estabelecido em estatuto." O artigo 90 diz: "Os servidores públicos municipais submetidos ao regime estatutário da lei ... terão esses direitos assegurados." Então, não se trata aqui de assegurar direito adquirido, isso é óbvio. Aqueles que no regime desta lei já tiverem alcançado algum direito, tê-los-ão mantidos. Mas parece que esse dispositivo tem outro alcance: é de evitar que a lei futura dê menos direito do que essa deu. De maneira que estabelece como que uma espécie de norma constitucional de que a lei do regime único tem que, no mínimo, pautar-se por essas vantagens. Es se parece que é o sentido.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Agora, se caiu a anterior, essa por si também não prevalece.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Sim, mas nós já entendemos que é constitucional o regime único. Agora estou-me dando conta dessa interpretação do Des. Melíbio.

DES. LUIZ MELÍBIO U. MACHADO - Parece que esse dispositivo está proibindo o legislador ordinário de editar nova lei estatutária com menos vantagens do que essa concedeu. Engessa o legislador ordinário. É uma norma programática, com a finalidade de impedir que o legislador ordinário dê menos do que isso aqui. É eminentemente corporativo o dispositivo e ofende todo o sistema, inclusive o art. 86. No regime único dos servidores não poderá dar menos do que aquelas vantagens e direitos ali já verificados.

DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Eu me convenci dessa argumentação do Des. Melíbio. Examinei a matéria, mas só no âmbito do direito adquirido e não me ocorreu esse detalhe de que, na realidade, engessa para aqueles que não têm o direito



26.

adquirido. Agora, alertado pelo eminente Des. Melíbio, estou-me dando conta disso. Aí, nós não temos outra solução, para evitar esse corporativismo de considerar inconstitucional todo o dispositivo.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação procedente. Unânime.
DES. CACILDO DE ANDRADE XAVIER (RELATOR) - Quanto ao art. 91.

Diz o artigo em tela: "O Município assegurará ao servidor, conforme dispuser a lei, licença por motivo de doença do cônjuge e de parentes até o segundo grau, quando verificado, em inspeção médica, ser indispensável a sua assistência pessoal."

Não vislumbro inconstitucionalidade. O artigo é de eficácia contida e não auto-aplicável, posto que usou as expressões "conforme dispuser a lei". De tal modo, tal tipo de licença somente será implementada dependendo de lei de iniciativa do Sr. Prefeito Municipal.

Julgo improcedente a ação quanto ao artigo em tela.

É o meu voto.

DES. ALFREDO GUILHERME ENGLERT, TUPINAMBÁ M. C. DO NASCIMENTO, GUILHERME O. DE SOUZA CASTRO, CELESTE VICENTE ROVANI, CLARINDO FAVRETTO, WALDEMAR L. DE FREITAS FILHO, ELISEU GOMES TORRES, SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON), MÍLTON DOS SANTOS MARTINS, GERVÁSIO BARCELLOS, CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA, NELSON OSCAR DE SOUZA, ELIAS ELMYR MANSSOUR, ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, JOSÉ VELLINHO DE LACERDA, LUIZ MELÍBIO U. MACHADO, RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR, SERGIO PILLA DA SILVA, EGON WILDE, DÉCIO ANTÔNIO ERPEN e JOÃO AYMORÉ BARROS COSTA - De acordo com



o eminente Relator.

SR. PRESIDENTE (DES. JOSÉ BARISON) - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 592105548, de Porto Alegre - "À unanimidade, rejeitadas as preliminares, julgaram procedente, em parte, a ação direta e, declararam a inconstitucionalidade das expressões: 1) '...com o mercado de trabalho...' constante do artigo 72; 2) das expressões '...e sua aprovação ou alteração depende de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal' constante do artigo 86, vencidos, em parte, os Des. Nelson Oscar, Daiello Moreira e Barcellos e, 3) do artigo 90, todos da Lei Orgânica do Município de Novo Hamburgo."